

O COLONIALISMO PORTUGUÊS –  
novos rumos da historiografia dos PALOP

Coordenação: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e  
Instituto de Investigação Científica Tropical

Direcção gráfica: António Modesto

Foto da capa: A passagem do Rio Corubal. Guiné. Documentário fotográfico  
da viagem à Guiné do Ministro das Colónias, 1941.  
IICT – Álbum fotográfico, CEHU, n.º 6, ft. 86.

© Edições Húmus, Lda., 2013

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão - V.N. Famalicão

Telef. 252 301 382

Fax: 252 317 555

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2013

Depósito legal: 365812/13

ISBN 978-989-755-017-1

A edição desta obra teve o apoio de:

**Centro de Estudos Africanos  
da Universidade do Porto e  
Instituto de Investigação  
Científica Tropical  
(Coordenação)**

# **O colonialismo português – novos rumos da historiografia dos PALOP**

## ASPECTOS DA EXPOSIÇÃO



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6

## ÍNDICE

### 7 **Apresentação**

#### **PARTE I**

#### **O COLONIALISMO NA ÁFRICA PORTUGUESA - PRÁTICAS POLÍTICAS**

- 11 **Um contributo esquecido e uma escala espacial adequada:  
o Judaísmo na construção da Guiné do Cabo Verde no  
contexto do Mundo Atlântico (século XVII)**  
José da Silva Horta e Peter Mark
- 29 **O imposto camponês e o financiamento do Estado colonial -  
exemplos das colónias portuguesas (1900-1939)**  
Maciel Santos
- 107 **Fronteiras de Angola e Moçambique:  
passado e presente na construção do futuro**  
Paula Cristina Santos

#### **PARTE II**

#### **ESCRAVATURA, ESCRAVIDÃO E TRABALHO FORÇADO**

- 119 **A viagem improvável. Tentativas de regresso ao continente  
africano de escravos das Ilhas de São Tomé e do Príncipe  
(Séculos XV-XVIII)**  
Arlindo Manuel Caldeira
- 135 **Tribunal de mucanos: slavery and freedom in Angola  
(17-19<sup>th</sup> centuries)**  
Roquinaldo Ferreira

- 155 **Notas preliminares sobre punição de escravos em Luanda (século XIX)**  
Vanessa S. Oliveira
- 177 **The "Mine of Wealth at the Doors of Loanda": agricultural production and gender in the Bengo**  
Tracy Lopes
- 207 **Dangerous simplifications, suspicious elements and prolonged silence: canadian protestants and the pide on the Benguela plateau**  
Frank Luce
- PARTE III**  
**MEDICINA E CIRCULAÇÃO DE SABERES**
- 233 **Reconsidering indigenous health, medical services and colonial rule in portuguese West Africa**  
Philip J. Havik
- 267 **'Mischief' and 'magic': midwives, *curandeiras* and the health service of São Tomé and Príncipe, 1850-1926**  
Rafaela Jobbitt
- 281 **Plantas medicinais e saberes tradicionais versus ciência em Cabo Verde e Moçambique na viragem do século XIX**  
Ana Cristina Roque e Maria Manuel Torrão
- 301 **Os eixos ideológicos do poder biomédico: o projecto de Manuel Ferreira Ribeiro**  
Helena Sant'ana
- 321 **Das viagens científicas aos manuais de colonos: a Sociedade de Geografia e o conhecimento de África**  
Cristiana Bastos
- 347 **Viagens, missões e colecções entre agendas políticas e práticas científicas**  
Ana Cristina Martins

## **Das viagens científicas aos manuais de colonos: a Sociedade de Geografia e o conhecimento de África<sup>1</sup>**

CRISTIANA BASTOS\*

### **1. Pessimismo e optimismo na década de 1870: a viragem para África**

*Quem ha dez annos fallasse n'uma travessia realisada no sul d'Africa, feita por portuguezes, ainda mesmo nas condições em que querem a realizasse Serpa Pinto, e asseverasse que ella se efectuaria, ou não seria acreditado, ou por menos não seria attendido, tão profundo era o indifferentismo do publico por esse transcendente problema africano, que a Portugal mais do que a ninguem toca resolver.*

*As colonias eram para o estado e para o publico um pezo insuportavel. Diz-se até que houvera mais que um ministro que pensara em vendel-as todas ou algumas julgando-as como um fardo pezado que só servia para incommodar a metropole, vivendo como vivia, socegada e feliz n'essa lerda pachorra propria das sociedades decadentes e decrépitas... (In Actualidade 181, 1879)<sup>2</sup>*

\* Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa  
cristiana.bastos@ics.ul.pt

1 Este artigo resulta de investigação executada no âmbito do projecto SOSCSI, "Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea" (FCT/PTDC/CS-ECS/101592/2008), coordenado por Ana Delicado no Instituto de Ciências Sociais, no qual a autora estuda as sociedades científicas históricas, contando com o apoio do bolseiro de investigação Patrick Figueiredo. Um agradecimento especial à bibliotecária da Sociedade de Geografia de Lisboa, Helena Greco, pelo apoio bibliográfico, e a Ana Delicado pela leitura crítica.

2 Este trecho faz parte de um exaustivo levantamento das notícias de imprensa e comentários críticos a respeito da viagem de Serpa Pinto organizado logo em 1879 por Manuel Ferreira Ribeiro (Ribeiro, 1879: 830-831)

Se o pessimismo, niilismo sarcástico, autoflagelação e outras expressões do sentimento de decadência marcaram a produção literária e intelectual da “geração de setenta”, de Antero, Ramalho, Eça, Oliveira Martins e muitos outros, algo de radicalmente diferente animava um grupo alargado de cidadãos que, também a partir de Lisboa, apostava na ciência e no colonialismo moderno como instrumentos transformadores do devir nacional. As suas expectativas eram optimistas e as suas iniciativas estendiam-se a diversas esferas, da mais alta política às mais cosmopolitas sociedades científicas. Um dos órgãos que deu corpo a esta corrente, mobilizando uma elite urbana crente nos valores do progresso e modernização, foi a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), fundada em 1875 com o propósito explícito de promover o gosto e a prática da geografia, ou seja, o conhecimento científico dos territórios.

Não se tratava já de navegar os mares e desvendar novos continentes, temas usualmente invocados para pintar o passado em tons de glória, pioneirismo e aventura. Tratava-se agora de conhecer com rigor os lugares da terra, cartografar rios e afluentes, arrolar as quedas de água, as montanhas, vales, planícies, desertos, povoações e populações, calcular as latitudes, longitudes, altitudes, descrever as paisagens, escrever os caminhos, inscrever-lhes a política. Os pontos a explorar tanto podiam situar-se nas montanhas do norte de Portugal, como veio a suceder com o Gerês e Serra da Estrela,<sup>3</sup> como no ainda relativamente misterioso continente africano, onde se concentraram, por razões que analisaremos, os maiores esforços da SGL.

Não por acaso, outros andavam então envolvidos em travessias de África. Outros que não só não eram portugueses mas, no palco da competição internacional, trabalhavam para a “concorrência”. Trabalhavam por conta de impérios europeus já instalados, como o britânico, ou em vias de o fazer, como o de Leopoldo, rei dos belgas (Pakenham, 1991; Hochschild, 1999). Algo de novo se passava,urgia responder com actos e demonstrações de conhecimento; também os portugueses tinham de se envolver nessa

nova corrida, e também eles tinham de observar, percorrer, medir, calcular, registar, reportar (Guimarães 1992).

É obviamente um etnocentrismo, ou eurocentrismo, referir que o interior de África estava por conhecer. Era conhecido dos africanos, alguns deles em conexão com europeus e árabes. Era conhecido dos mercadores e traficantes árabes. Era conhecido de toda uma panóplia de europeus que se tinham entregue a África: lançados, aviados, pombeiros e outros que, por sua conta e risco, ou por conta de outrem que não os estados nacionais da Europa, conheciam os recantos que lhes interessavam para o comércio, para a caça, para o quotidiano. Mas os seus conhecimentos não eram instrumentalizados pela política, nem eram instrumentalizáveis pelos estados europeus que ambicionavam controlar o continente – o qual vieram a repartir entre si à mesa de Berlim, como se de um repasto se tratasse (Pakenham 1991).

Na década de 1870, porém, já havia quem percorresse África para produzir conhecimento de alcance mais amplo que o mero uso local. Chamavam-se, entre outros, Livingstone, Stanley, Cameron: até hoje são lembrados na memória popular, e ainda recentemente houve um pequeno surto de obras críticas reavaliando os seus percursos, ligações políticas e papel na história global dos impérios (Newman, 2004, 2010; Jeal, 2008, 2012; Dunn, 2003).

Para a Sociedade de Geografia de Lisboa era urgente contrapor-lhes alguém nacional. Havia que enviar exploradores portugueses, marcar posição, e de caminho, também, cartografar os vastos territórios entre a costa do Atlântico e a do Índico. Para a comissão cartográfica do Ministério essa era, também, missão prioritária (Mendes 1982). Convergiam assim os interesses do estado e da iniciativa privada: uma grande expedição portuguesa ao chamado continente negro não poderia tardar muito.

Tal expedição concretizou-se em 1877, liderada pelo oficial do exército Alexandre Serpa Pinto e pelos oficiais da armada Hermenegildo Brito Capelo, regressado do mar da China, e Roberto Ivens, regressado de uma viagem aos Estados Unidos da América. O seu equipamento fora criteriosamente preparado, contando com um extensa parafernália científica destinada a medir, calcular, reportar. Bússolas, sextantes, lentes, óculos, hipsómetros, termómetros, agulhas, tábuas de logaritmos, que se acresciam

3 Além das visitas ao Gerês e estudo das suas águas minerais noticiados nos Boletins da Sociedade de Geografia, esta patrocinou em 1881 uma importante expedição científica à Serra da Estrela (Calado, 1994; Cantinho Pereira, 2005).

dos mantimentos, roupas, armas, pólvora, botica, ferramentas, caixas de música e um largo número de fazendas, lenços coloridos e missangas. Para transportar tudo isso foram necessários grandes contingentes de carregadores africanos, nem sempre fáceis de contratar. Alguns dos que chegaram ao fim da expedição acompanharam os exploradores a Portugal – eram mais uma evidência, um pedaço de realidade a dar autenticidade à narrativa que vieram a contar.



Figura 1. Carregadores de Serpa Pinto (Ilustração de *Como Atravessei a África*, disponível em [www.gutenberg.org/files/20783-20783-h/images](http://www.gutenberg.org/files/20783/20783-h/images))

Alexandre Serpa Pinto, Hermenegildo de Brito Capelo e Roberto Ivens voltaram de África e contaram-na ao público europeu em relatos falados e em livros impressos. Foram aplaudidos e aclamados, quais Livingstone e Stanley portugueses. Passaram ao panteão de heróis do imaginário nacional, mesmo que nem todos os que hoje os reconhecem saibam o pormenor dos seus feitos, a letra dos seus textos e a lógica por trás das suas expedições africanas. Mas não nos interessa especular se o desejo de fama e imortalidade estava entre as suas motivações, lado a lado com a aura de abnegados mártires da ciência que arriscavam a vida em prol de patriótica missão; o

que nos interessa é mostrar que estas expedições se tornaram o lado mais visível da Sociedade de Geografia, uma eficiente montra para uma proposta política de colonização de África, mas coexistiam com outros modos de desenvolver o conhecimento operacionalizável para esses fins.

O nosso argumento é simples: se as grandes expedições e travessias de África ganharam um lugar de honra na memória colectiva, não esgotavam as propostas e atitudes da SGL sobre África, nem necessariamente geravam consenso. Pelo contrário, outras tendências coexistiram na SGL a respeito do que deveriam ser a ciência e a política colonial. Os sócios envolveram-se em polémicas e debates; diferentes propostas coexistiram e mobilizaram apoios políticos e redes de cientistas de diferente alcance.

Na presente análise daremos realce a duas linhas que de modos quase opostos articularam conhecimento e poder, ou ciência e política, tendo África como objecto e objectivo: de um lado, os exploradores que praticaram as travessias do continente africano munidos de instrumentos científicos para medir, calcular, avaliar, e relatar; de outro lado, os teóricos e autores de prescrições para uma colonização científica, em que sobressaía o conjunto de recomendações para a boa aclimação dos colonos e as escolhas agrícolas a ter em consideração.

Entre os primeiros, destacam-se os já referidos Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, protagonistas e autores dos apaixonantes relatos de viagem “Como eu atravessei a África” (Serpa Pinto, 1881), “De Benguela às Terras de Iacca” (Capelo & Ivens, 1881) e, mais tarde, “De Angola à Contracosta” (Capelo & Ivens, 1886).

No outro lado está o médico e militar Manuel Ferreira Ribeiro, entusiasta de primeira hora da colonização de África e autor de inúmeras obras as sobre aclimação e manuais de higiene colonial, como o “Regras e Preceitos de Higiene Colonial, ou conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colónias do ultramar” (Ribeiro, 1890b). Manuel Ferreira Ribeiro ficaria de certo modo na penumbra da história. Os seus esforços de uma pedagogia para a boa colonização e as suas teorias de aclimação foram-se dissolvendo em preceitos que ora se tornaram obsoletos, ora se tornaram o cânone do bom senso para quem se deslocava para os trópicos. Embora tenha feito diversas missões no terreno e ocasionalmente assegurado a sobrevivência e saúde dos corpos expedicionários,

nada do que fez, apresentou ou escreveu se prestou a espectáculo de massas, como as conferências e obras dos exploradores já referidos. O seu era um lugar mais discreto, sem reconhecimento em vida ou sequer depois da morte (Rita-Martins, 1954; Pina 1959; Cantinho 2008; Bastos 2011).

## **2. Explorações e travessias: Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens**

Duas atitudes confluíam nessa década de 1870 em Portugal: para alguns o declínio era uma inevitabilidade, e a um país velho, que tinha já vivido as pujanças da juventude e algumas glórias da maturidade, restava apenas olhar para o passado e aguentar a decrepitude do presente; para outros, havia esperança – e esta estava em África, onde os portugueses do passado tinham aportado, traficando, constituído pequenas colónias litorais, enviando aventureiros para o interior, mas do qual pouco ou nada sabiam. Se África tinha sido para os europeus um misto de lugar temido, de febres e guerras, e um repositório quase infinito de mão de obra escravizada para as plantações nas Américas, estava agora a transformar-se em novo eldorado de possibilidades e riquezas, de recursos a descobrir, terras a ocupar, comércio a implementar, fortunas a amontoar (Alexandre e Dias, 1998; Alexandre, 2000).

É assim que, enquanto uns teorizavam a decadência, outros fundavam a Sociedade de Geografia de Lisboa e apostavam na colonização e no desenvolvimento. Tinha chegado o tempo de estabelecer bases científicas para um futuro controle político de Portugal sobre África e subsequente aproveitamento económico. Impunha-se contrariar o desinteresse nacional e combater a concorrência internacional no controle de territórios e identificação de recursos – e ainda contrariar as acusações da persistência do tráfico escravo às mãos dos portugueses. As actas e boletins da SGL mostram a constante preocupação com as acusações da persistência do tráfico escravo, com a tensão pelo controle dos espaços africanos por parte de outras nações europeias, com a competição de demonstrações de conhecimento territorial. Serpa Pinto responde directamente às acusações, notando que os traficantes que usavam nomes portugueses nada tinham de portugueses – ou porque tinham deixado de o ser, ou porque nunca sequer o tinham sido, como o famoso José Alves encontrado por Cameron (Serpa Pinto 1891, II).

De interesses convergentes, o governo e a SGL combinaram-se no apoio às expedições africanas de Serpa Pinto, Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo. Enquanto exploradores estrangeiros investigavam as nascentes do Nilo, os lagos, os rios, as cataratas, e também os relevos e caminhos, e porventura mais ainda as jazidas e outras riquezas, os portugueses investigariam as nascentes do Cubango e do Zambeze, o que houvesse de outros rios, lagos, montanhas, possibilidades de caminho, povoações, enfim, lugares, rotas e promessas de riqueza. Não por acaso, a Associação Comercial de Lisboa seguia de perto as expedições; e a Sociedade de Geografia do Porto contou desde a primeira hora com o envolvimento de associações de comerciantes. O conhecimento era passível de instrumentalização imediata para melhorar o comércio e as possibilidades de desenvolvimento de uma economia colonial.

Começara a corrida a África, antecipando a partilha que se formalizou na conferência de Berlim em 1884-5. E se a maioria dos portugueses pouco interesse tinha no assunto, mantendo pelo continente o temor que a fama insalubre gerava e a repulsa que a condição de destino de convictos e bandidos sustentava, outros havia, mais modernos, que ali viam uma promessa de riqueza e um futuro de prosperidade. Tal futuro era para eles uma justa decorrência de um passado pioneiro, em que as explorações marítimas teriam estabelecido em África as marcas, presenças, feitorias, entrepostos portugueses – muito embora tais marcas e presenças se limitassem às zonas costeiras, seguissem em larga medida as linhas do tráfico escravo, se configurassem como postos militares rodeados de zonas não controladas de comércio e mestiçagem, e, sabemo-lo hoje com mais clareza, estivessem frequentemente subordinados a interesses locais que pouco tinham em consideração o querer ou haver de Portugal. Dos portugueses que se aventuravam pelo interior, poucos ou nenhuns o faziam em representação do estado. De forma descontínua e certamente não espectacularizada, vários tinham vindo a percorrer África; na enumeração de Manuel Ferreira Ribeiro, os antecessores de Serpa Pinto incluíam nomes como os de Lacerda, Gamito, Monteiro, Silva Porto, Graça, Magyar, Brochado, etc. (Ribeiro, 1879: 809). Também existia um conhecimento à distância das coisas africanas corporificado nas colecções da Academia das Ciências e do Museu de História Natural. Estes órgãos tinham aliás

promovido os levantamentos e remessas de espécies para a metrópole, por vezes incluindo artefactos e costumes indígenas.<sup>4</sup>

Das explorações de Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens conhecemos a história, sobretudo a que nos narraram e que a imprensa ecoou em larga escala. Sabemos que partiram de Luanda; que se cruzaram com Stanley, encontro imortalizado em imagem e época.



Fig 2. Stanley e Serpa Pinto em África. Fotografia de época, 1877, colecção Everett, disponível em poster comercial e amplamente divulgado na internet

4 Estas iniciativas não eram sistemáticas e tinham escasso apoio do estado, que aparecia quando precisava de compilar dados para exibir em exposições internacionais (Roque, 2001; Bastos, 2004, 2007). O Museu de História Natural, em 1848, emite uma circular para os governadores das províncias ultramarinas a pedir peças e promove a expedição de Welwitsch (Almaça, 1989); em 1862 o director da secção de zoologia, Barbosa du Bocage, escreve “instruções práticas sobre o modo de coligir, preparar e remeter produtos zoológicos para o museu de Lisboa”, dirigida a residentes na metrópole, governadores ultramarinos, cirurgiões da armada, médicos e farmacêuticos nas colónias e colonos em geral (Delicado 2009: 110-111)

Sabemos também que reconsideraram o local da partida e a reiniciaram em Benguela, mais adequada ao propósito de encontrar as bacias hidrográficas em causa. A expedição manteve-se até ao Bié, separando-se temporariamente Serpa Pinto em demanda de carregadores. Em Belmonte, Bié, reencontraram-se e receberam a hospitalidade do sertanejo Silva Porto, há muito acomodado às terras do interior africano, assimilado ao continente, conhecedor de largos espaços e precioso informador de Serpa Pinto. Silva Porto era um singular aventureiro estabelecido no interior de Angola, com notável influência regional. O seu apoio foi fundamental para os exploradores, que o reconhecem múltiplas vezes. Serpa Pinto nota que Silva Porto é uma excepção ao costume dos sertanejos em África, que habitualmente deixavam de ser portugueses (Serpa Pinto, 1881, II:57-8). Mais tarde, quando as forças inglesas ameaçam ocupar os territórios que Portugal pretendia controlar, a SGL lamentava o risco que corre “o quilombo do nosso patriota Silva Porto” (SGL, 22/9/1890 – sublinhado nosso).

A partir do Bié seguiriam rotas diferentes: Capelo e Ivens mantiveram-se fiéis ao plano de levantamento hidrográfico, o que implicava avanços e retornos que não os aproximariam da costa oriental de África. De facto retornariam à costa ocidental, encerrando, também com sucesso, a expedição de levantamento hidrográfico. Mas Serpa Pinto estava aparentemente mais interessado em chegar à outra costa.

Especulou-se sobre a separação dos expedicionários, falou-se de desentendimentos, mas tudo virá a ser minimizado nos relatos posteriores dos viajantes. Serpa Pinto nega repetidamente que tenham existido divergências de fundo. Não se zangaram mais que quaisquer outros homens sujeitos às privações, mosquitos, pó, febres e outras dificuldades de uma travessia como aquela. Identicamente, Capelo e Ivens negam que tenham existido conflitos; eles cingiram-se ao plano inicialmente traçado: “não se imagine que nós tínhamos o direito de divagar nos sertões, por onde quiséssemos, dirigindo o nosso itinerário para leste ou norte”, afirmam na introdução ao livro *De Benguela às Terras de Iacca* (Capelo e Ivens, 1881: XXV).



Os exploradores europeus tinham de ultrapassar muitas dificuldades, sendo auxiliados pelos nativos e príncipe Silva Porto. Inclusive, chegaram a dar-lhes guarida em sua casa.

Fig 3. Exploradores com Silva Porto em Belmonte, Bié

É inegável que a tendência apressada de Serpa Pinto se opunha ao compromisso de levantamento sistemático que a missão tinha por incumbência. Ele mesmo se apresenta como tendo tido um papel menos “científico” na primeira parte da expedição, em que os levantamentos estavam a cargo de Brito Capelo. Ele, Serpa Pinto, tinha a cargo a supervisão dos carregadores: “chefe dos pretos”, nas suas palavras. Quando se separaram, Capelo reclamou o *abbas* e alguns outros instrumentos que não tinham par. Serpa Pinto ficou com alguns sextantes, e com equipamento suficiente para cartografar, medir, registrar. Mas tinha a urgência de chegar ao outro lado do continente; e nisso não estava propriamente em ruptura com o

espírito da missão, que tinha o seu quê de pesquisa-espectáculo e de exibição perante a concorrência. Nessa medida, podemos dizer que Serpa Pinto cumpriu uma variante possível da missão – chegar ao outro lado, voltar para contar, fazer o périplo das sociedades europeias -- e Capelo e Ivens cumpriram uma outra variante, a do levantamento das bacias hidrográficas. Analisando as tensões internas da Comissão de Cartografia que opunham José Julio Rodrigues e Luciano Cordeiro, H. Gabriel Mendes sugere que estavam em jogo duas missões diferentes – Capelo e Ivens teriam cumprido a que era apoiada por José Júlio Rodrigues, tal como constava das *Instruções*, e Serpa Pinto deu corpo à expedição idealizada por Luciano Cordeiro (Mendes, 1982:25).



Fig 4. Serpa Pinto e os carregadores no final da viagem (Ilustração de *Como Atravessei a África*, disponível em [www.gutenberg.org/files/20783/20783-h/images](http://www.gutenberg.org/files/20783/20783-h/images))

De passo acelerado, usando informações de Silva Porto, de caçadores, de indígenas africanos, apoiado num conjunto de carregadores que lhe eram já íntimos – alguns deles contracenariam no palco da Trindade onde apresentou os resultados ao público lisboeta – o major Serpa Pinto consegue chegar a Pretoria em Março de 1879. De lá envia um telegrama à SGL que enche de regozijo os seus sócios.

*O sr. presidente leu o telegrama que ao governo enviara o explorador e consócio sr. major Serpa Pinto, quando chegara a Pretoria. Discursou largamente sobre a travessia de África que o ousado explorador acabava de fazer, congratulando-se por termos chegado a um tempo em que podíamos ter notícias de um facto tão importante, quarenta e oito horas depois dele! Disse que a sociedade devia felicitar-se pelo sr. Serpa Pinto ter conseguido vencer as enormíssimas dificuldades que oferecem as viagens científicas do interior de África, e por os trabalhos do audacioso explorador terem levado o nome de Serpa Pinto à admiração dos séculos, ao lado de nomes ilustres dos modernos lutadores africanos, como Livingstone, Cameron, Stanley e outros. Que o cometimento do nosso intrépido e corajoso consócio havia dado à história do nosso país mais uma página brilhante e honrosa, como aquelas que descreviam as descobertas marítimas dos nossos maiores. Acrescentou que julgava interpretar por estas palavras os sentimentos da sociedade, dando um testemunho de consideração pelo explorador e de satisfação pelo feliz resultado de tão notável empreendimento (SGL, 17/3/1879)*

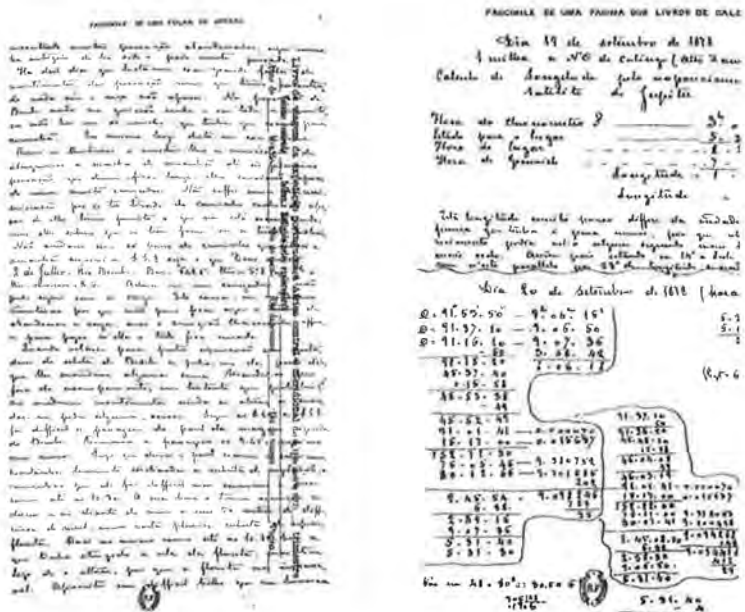
A viagem fora atribulada, como conta com espírito nos dois volumes de *Como eu atravessei a África*. As febres impedem-no de seguir o curso do Zambeze e inflecte para Sul. É assim que, em vez de desembocar em Moçambique, chega a territórios de domínio inglês. De Pretoria segue para Durban, e de lá para Lisboa pelo Índico, Egipto e Mediterrâneo. Estava cumprida a sua missão – não chegara a terras pretensamente portuguesas da costa oriental, mas de certa maneira atravessara o continente. É aguardado em Lisboa com fervor. Há júbilo na sessão de 6 de Junho da SGL; querem esperá-lo triunfalmente, seja em escaleres no Tejo, seja na gare dos comboios, antecipando todas as modalidades de chegada a Lisboa (SGL, 6/6/1879).

Serpa Pinto chega a 9 de junho, é saudado e aclamado. Mal tem tempo de se refazer: febril ainda, debilitado da viagem e das inevitáveis febres contraídas no terreno, apresenta o seu relato da viagem numa sessão extraordinária promovida conjuntamente pela comissão permanente de geografia, órgão governamental, e pela sociedade de geografia de Lisboa. A sessão tem lugar no salão da Trindade, a 16 de Junho de 1879, e conta com a presença da família real, do corpo diplomático, dos membros do governo, académicos, cientistas, letrados, jornalistas, enfim, toda a elite informada. Com Serpa Pinto estavam também os testemunhos humanos da viagem; conforme consta nas actas,

*logo que Suas Majestades tomaram os seus lugares, foram-lhes apresentados os pretos que restavam da expedição: Veríssimo, Camutombo, Catraio, Moero, Pepeca e Marianna, os quais, depois de beijar as mãos de El-Rei o senhor D. Luiz e El-Rei o senhor D. Fernando, foram sentar-se adiante do estrado destinado ao explorador. Estavam vestidos segundo o costume africano. Faltava apenas o preto Augusto, que tendo chegado doente havia sido recolhido e ainda se achava no hospital da marinha. (SGL 16/6/1879)*

Serpa Pinto é aplaudido apoteoticamente e fala durante duas horas e meia; oferece à Sociedade de Geografia a bandeira que o acompanhara na viagem; é condecorado pelo Rei; disponibiliza-se para responder a questões, expõe os instrumentos que o acompanharam na viagem, os diários, desenhos, cartas.

A 25 do mesmo mês a apresentação é prolongada na Sociedade de Geografia. Aí discute com mais pormenor os seus achados relativos à hidrografia e orografia entre o Quillengue e o Zambeze; conseguira reconhecer que o rio Cubango desagua no Ngami, e que este lado tem uma ligação com o Macaricari. Sobrevivera, medira, observara, mapeara, estava ali para contar a história, contava-a, passava conhecimento, instrumentos, livros de registo, desenhos, anotações, mapas, mesmo que ainda em esboço, disponibilizava-os para correcções e melhoria.



Figuras 6a, 6b e 6c – Documentos da viagem de Serpa Pinto, publicados em Facsimile em *Como Atravessei a África*, disponíveis em [www.gutenberg.org/files/20783/20783-h/images](http://www.gutenberg.org/files/20783/20783-h/images)

Escassos são os dias que Serpa Pinto passa em Portugal. Ainda na sessão da SGL, comunica aos sócios que “por indicação do governo, partiria brevemente para o estrangeiro” (SGL, 25/6/1879). Segue para Inglaterra e França, onde continua as apresentações e relatos, visando mostrar, em palcos internacionais, e precisamente junto da concorrência, que estavam trilhados certos caminhos, que estavam abertas novas vias de conhecimento, e que ali estava a marca portuguesa. Alguns portugueses ofenderam-se com o despropósito de tão pouco tempo em Portugal e tanta passeata internacional, não realizando que o espectáculo tinha uma audiência externa que politicamente era crucial. Mas Serpa Pinto parecia perceber a importância simbólica que revestia a sua missão, mesmo que a apresentasse com a devida modéstia.

O seu livro, que propõe chamar-se “A Carabina d’El Rey”, mas que o editor transforma em “Como eu Atravessei a África”, é aliás publicado em Inglaterra. Sai em dois volumes, incluindo um texto extra, “A Família Coillard”. Nas suas palavras, seria muito complexa a edição proposta, cheia de imagens e quadros; são os editores ingleses *Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington* que acolhem o projecto. A tipografia londrina teve de fundir tipos novos para corresponder aos sinais gráficos do português. A edição é magnífica, os ilustradores excedem-se na criação de gravuras a partir dos seus esboços. Nos agradecimentos está uma cronologia dos seus apoios: a Comissão Central de Geografia, do governo, com Andrade Corvo, Bernardino Antonio Gomes, Marquês de Souza-Holstein, António Augusto Teixeira de Vasconcellos, Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro, Barbosa du Bocage, Conde de Ficalho, Carlos Testa, Pereira da Silva, Jorge Figaniere, e Francisco da Costa e Silva; a Sociedade de Geografia de Lisboa, de novo Barbosa du Bocage e Luciano Cordeiro, e ainda o Visconde de S. Januário e Rodrigo Pequito. Junta-se o agradecimento aos jornalistas, diplomatas, membros do governo, governadores de Cabo Verde e de Angola; um agradecimento especial ao “nome que n’esse tempo echoava por todas as partes do mundo, e assombrava com as suas façanhas o orbe inteiro: Henrique Moreland Stanley (...) o grande explorador, o ousado viajante, que acabava de fazer a mais prodigiosa viagem dos tempos modernos”; amigo, conselheiro e mestre de Serpa Pinto, nas palavras deste. Do interior de África refere Pereira de Mello, Silva Porto,

Antonio Ferreira Marques, o Tenente Serafim, o farmacêutico Monteiro, Vieira da Silva, Santos Reis, o Tenente Rosa de Quilengues, o dr Bradshaw, a família Coillard, o rei Shoshong Kama e Mme. Taylor. Agradece a Tomás Ribeiro ter enviado reforços de resgate de Moçambique para o interior. A um rol de nomes agradece o apoio em Pretoria – “primeira terra do mundo civilizado que encontro depois de Benguela” – e nos restantes trechos do caminho de regresso, que incluiu Durban, Lourenço Marques, Zanzibar, Cairo, Alexandria. Em Lisboa agradece ao governo e à Sociedade de Geografia, que “tudo por mim fez”, e ainda à Associação Comercial de Lisboa e do Porto, às Associações Portuguesas no Brasil, aos Soberanos estrangeiros (a Dom Luiz já dedicara o livro); ao monarca belga reserva palavras especiais de apreço: “Ilustrado e sabio Rei Leopoldo (...) grande impulsor do movimento geográfico Africano moderno”. Finalmente agradece aos muitos que animavam as Sociedades de Geografia de França, da Bélgica e de Inglaterra. Os agradecimentos datam de Dezembro de 1880, em Londres, e o livro vem a público em 1881. É apresentado pelo próprio na Sociedade de Geografia, e o primeiro exemplar saído da gráfica é oferecido à SGL (SGL, 9/5/1881).<sup>5</sup>

Enquanto o livro sai e não sai, várias são as vozes que acolhem, aplaudem ou criticam Serpa Pinto. A que nos parece mais curiosa e digna de assinalar para os propósitos desta análise é a crítica de Manuel Ferreira Ribeiro, sócio da SGL. Ferreira Ribeiro dá-se ao trabalho de compilar, num volume de cerca de 900 páginas que faz sair em edição de autor, todas as súmulas, transcrições estenográficas, notícias de jornal e comentários às conferências de Serpa Pinto (Ribeiro 1879). Três nomes se destacam em análises críticas: o próprio Ferreira Ribeiro, que se distancia do estilo de travessias espectaculares como forma de desenvolver o conhecimento científico necessário ao projecto colonial e, como veremos, propõe o desenvolvimento de estudos científicos de aclimação; Carlos Mello, um outro sócio da SGL; e Jorge Mendonça, desde a primeira hora visto como um pseudónimo.<sup>6</sup>

5 Curiosamente, o exemplar actualmente existente na biblioteca da SGL foi adquirido num leilão, donde se deduz que a cópia oferecida por Serpa Pinto tomou um outro caminho que o das estantes da biblioteca e teve de ser substituída.

6 Procurando na sociedade de geografia encontramos apenas um Jorge Mendonça autor da versão portuguesa do livro de Stanley “Em terras de escravidão”.

Nem todos se deslumbravam com a aura de herói de Serpa Pinto; nem todos se vergavam perante os seus feitos; nem todos comungavam da excitação geral que atingia alguns círculos intelectuais e arrastava o poder político para uma aposta em África como modo de revitalizar o devir de uma nação que todos reconheciam já ter sido grandiosa e viver agora os dias da decadência. De onde vinham as críticas? Em alguns casos, do simples conservadorismo e desinteresse por África. Mas para outros, como era o caso de Ferreira Ribeiro, o problema era de incorrecta calibragem de informação e conhecimento. As notas de viagem, os mapas, as palestras e os livros de Serpa Pinto eram, para Ribeiro, insuficientes, errados ou inadequados. Urgia promover um conhecimento rigoroso, capaz de dar os elementos necessários para a colonização apropriada do continente africano por europeus.

Como se calcula, a relativa relutância de Ferreira Ribeiro pelo estilo de conhecimento-espectáculo de Serpa Pinto tinha como contrapartida a sua maior apreciação por Capelo e Ivens. Estes não tinham trocado o objectivo científico da missão por uma mostra espectacular de atravessamentos continentais. Como já citámos, estavam comprometidos a conhecer as bacias hidrográficas. Curiosamente, na segunda missão, em que tinham por objectivo cartografar Angola, vêm precisamente a fazer uma viagem espectáculo – De Angola à Contracosta.

### 3. Manuel Ferreira Ribeiro, crítico e teórico da aclimação e colonização

Manuel Ferreira Ribeiro estava convicto de que o futuro de Portugal passava pela colonização de África. A sua liderança no jornal *As colónias portuguesas* é prova as suas convicções. As suas intervenções nas reuniões da Sociedade de Geografia, os seus escritos e análises, igualmente o provam. Sabia que os direitos simbólicos de Portugal sobre África eram frágeis perante a concorrência europeia. Havia que mobilizar as práticas científicas – e para ele, essa não eram apenas a promoção de expedições aos lugares, mas também a promoção do conhecimento rigoroso sobre quem deveria ser envolvido na colonização. Era imperativo conhecer bem os recursos e características do território, clima, orografia, geologia, vegetação, fauna, grupos étnicos, como mandavam os princípios da geografia;

mas era igualmente imperioso promover o conhecimento sobre as adaptações a fazer pelos implicados na colonização: os colonos.

Ferreira Ribeiro era tão apaixonadamente colonialista e africanista e tão convicto do que deveria ser feito para uma boa colonização que não se satisfazia com o conhecimento produzido por Serpa Pinto. Para o criticar foi ao mais ínfimo detalhe das evidências. Mostrou que alguns rios não eram exactamente como Serpa Pinto os indicava; que tinham outro nome; que já eram conhecidos previamente. Comparou mapas, relatos, reconstituições. Para ele, os conhecimentos que Serpa Pinto pusera a circular estavam muito longe de colmatar as lacunas e de servir de base ao que acreditava ser necessário, que era uma colonização científica, ordenada, orquestrada. Ferreira Ribeiro envolve-se ainda em polémicas sobre o estabelecimento de uma companhia agrícola e comercial na província de Angola, notando que tal proposta visava fazendas agrícolas, não propriamente colónias agrícolas, e elabora longamente sobre o que devem ser colónias em África, fazendo por escrito uma proposta que assina e deixa em acta:

*A companhia de exploração agrícola e comercial em Angola propõe-se antes fundar e administrar fazendas agrícolas, para as quais contrata trabalhadores, do que organizar e fundar colónias agrícolas, povoando-as de colonos levados de Portugal ou de qualquer outro país; e a sociedade de geografia de Lisboa, no intuito de concorrer para que as nossas terras de África percarnam a fama de insalubridade que tão fatal lhes está sendo, chama a atenção do autor do projecto para a imperiosa necessidade de se procurar por todos os meios possíveis a conservação da vida dos trabalhadores, regulando as horas de trabalho segundo as localidades forem ou não palustres, providenciando para que não falem alimentos aos inválidos, protegendo aqueles que precisarem de se retirar para o seu país natal, e não permitindo em caso nenhum que os doentes sejam tratados por curandeiros, enfermeiros sem pratica, ou qualquer empregado às ordens da companhia e promover colónias. Assinado, Manuel Ferreira Ribeiro (SGL 17/3/1879)*

Manuel Ferreira Ribeiro não era propriamente um teórico de gabinete nem apenas um temperamento difícil com o gosto de contrariar consensos.

Tinha conhecimento empírico de África e muita experiência no campo específico da sobrevivência dos europeus em climas africanos. Fora chefe dos serviços de saúde de São Tomé entre 1871 e 1877. Conhecia também Angola em profundidade, tendo integrado em 1877 a missão de estudos para o caminho-de-ferro em Ambaca; a sua meta – cumprida – tinha sido evitar que qualquer um dos seus colegas sucumbisse às febres palustres (Pina, 1959:13; Cantinho, 2008; Bastos, 2011).

Tinha, portanto, um saber de experiências africanas feito – e aí assentava a sua autoridade para formular, criticar e recomendar. A sua atitude, porém, não era muito cordial: ao questionar Serpa Pinto num tempo em que este era aclamado, Ferreira Ribeiro, mesmo apoiado em factos, surge como um contra-herói a quem a história não vai dar lugar de grande destaque (Bastos, 2011).

Olhemos com mais pormenor para o seu pensamento, que tem como nexos central o problema da aclimação – que prefere designar por *acclimação*. Em Junho de 1887 tenta influenciar a Sociedade de Geografia a promover estudos de aclimação. Apresenta-se como “chefe da secção de aclimação, material e estatística medica” do Ministério da Marinha e Ultramar; assim diz no frontispício do seu livro “Regras e Preceitos de Higiene Colonial, ou conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colónias do ultramar” (Ribeiro 1890b). É pela aclimação que tudo passa: só se pode dominar o continente africano se se conceber um modo científico de lá instalar os colonos europeus; para o fazer há que saber tudo sobre o clima e demais elementos geográficos, mas há que saber também tudo sobre o corpo humano, suas funções e elementos, sua flexibilidade e capacidade de se ajustar a climas diferentes. Mais ainda, há que desenvolver todo um conjunto de recomendações específicas que incluem os preceitos e normas relativos ao vestuário, à alimentação, aos horários de trabalho, à habitação, à limpeza e higiene da casa e do corpo.

Era nessa frente que, para Manuel Ferreira Ribeiro, se jogava a batalha de África, isto é, a afirmação de Portugal perante os seus concorrentes europeus no domínio do continente. Havia que educar e sensibilizar os colonos para que, simplesmente, não sucumbissem às dificuldades de África. Havia que ensiná-los sobre as regras da higiene colonial; e para o fazer, havia que desenvolver esse conhecimento em termos científicos.

Este ponto merece realce: para Manuel Ferreira Ribeiro, a colonização não é um projecto abstracto de dominação política, ou um acto militar de conquista, ou mesmo um acto geográfico de reconhecimento. É um acto amplo de deslocamento de população, é enviar contingentes de migrantes – colonos – para lugares distantes, é ocupá-los, cultivá-los, habitá-los. Essa é a colonização de Ferreira Ribeiro. Não é incompatível com as bravatas dos exploradores, muito pelo contrário, precisa delas, mas precisa de um tipo de explorações que tenham como objectivo o levantamento preciso do terreno, a construção de conhecimento instrumental para a formação de colónias, e não as habituais demonstrações de bravura.

*Colónias:* para Ferreira Ribeiro, bem como para os seus contemporâneos e discípulos, colónia não equivalia – como mais tarde – a territórios subjugados pelo poder colonial, mas a grupos de migrantes deslocados. Assim se referia a SGL à “colónia portuguesa no Hawaii”<sup>7</sup>, lugar que nunca foi politicamente dominado ou sequer influenciado por Portugal, mas para onde foram, em contratos de trabalho vinculado, vários milhares de ilhéus portugueses na segunda metade do século XIX. Do mesmo modo se falava na “colónia portuguesa de Paris”.

Numa obra de 1912 intitulada “Ciência da Colonização”, o professor Lourenço Cayolla, da Escola Colonial, define “colónias” como “novas sociedades que caminham para um estado perfeito de civilização, fundadas por uma nação dominadora e submetidas por ela a um regímen particular, sob a sua administração” (Cayolla, 1912). Com o século XX, a ênfase nas sociedades coloniais vai dando lugar ao ênfase político e territorial. No manual de Higiene Tropical publicado em 1929 por Rita-Martins, também professor da Escola Colonial e da Faculdade de Medicina, as colónias são enumeradas uma a uma com referência geográfica (Moçambique, Angola, etc.), sendo que os visados pelos preceitos do manual continuam a ser os colonos portugueses (Roita-Martins, 1929).

O cerne desta “ciência colonial” é portanto o sucesso da aventura de deslocamento, do replantar de corpos, da sua sobrevivência e sucesso

enquanto europeus em África – como os enclaves brancos anglófonos no Quênia e Rodésia (Kennedy, 1987), como os espaços de aclimação criados pelos colonos franceses a que não faltava a reinvenção do termalismo (Jennings, 2006), como as mais limitadas experiências portuguesas no planalto sul angolano da Huíla/Moçâmedes (Bastos, 2008, 2009). A aclimação tinha antecedentes no estudo da adaptação de espécies vegetais e animais transplantados entre lugares diferentes; assim o mostravam os jardins botânicos e zoológicos das cidades europeias, com espécies aclimatadas vindas de lugares e climas exóticos (Osborne, 1994).

Não faltaram, nos séculos XIX e XX, os “zoos humanos”, feiras de variedades de tipos físicos e costumes, trazendo à Europa as variedades humanas que lhe eram exóticas (Bancel, 2004). Nem sempre a aclimação destes resultava: mesmo no século XX, a exibição de aldeias africanas em Portugal no âmbito das exposições coloniais teve resultados desastrosos para a saúde desses africanos, muitos deles sucumbindo.

No outro lado da equação estava a adaptação dos europeus a outros climas e lugares. Como não sucumbir, degenerar, corromper-se? Mark Harrison analisa os contornos da questão nos termos do império britânico na Ásia (Harrison, 1999). Manuel Ferreira Ribeiro é quem se lhe dedica em Portugal (Ribeiro, 1877, 1889, 1890b, 1890c, 1892, 1905), vendo-a como equivalente à assimilação cultural, e explorando, como consequência para si lógica dos estudos de aclimação, também o campo da antropometria e da antropologia física (Ribeiro, 1890a). Teria alguns sucessores, entre os quais Germano Correia (Bastos, 2003) mas não fez escola teórica propriamente dita em torno das questões de aclimação. Promoveu um saber prático, fez manuais e guias para colonos, futuros colonos e administradores coloniais (Pina 1959). Tentou influenciar a política, mas teve resultados limitados no curto alcance – embora no longo prazo tenha sido o precursor do ensino colonial (Rita Martins, 1954; Pina, 1959; Cantinho, 2008; Abrantes, 2012). Os seus manuais fizeram divulgar o seu saber e terão sido usados nas frentes de administração – mais como manifestos de intenções a realizar em condições ideais que raramente ocorriam num dia a dia de improvisos e dificuldades. Em 1892 faz publicar uma compilação das suas obras: *Diferentes publicações sobre aclimação, higiene colonial, medicina preventiva e outros trabalhos medico-coloniais* (Ribeiro, 1892), um autêntico

7 Em 1889 os socios da SGL mostravam-se preocupados com a situação da colónia portuguesa nas ilhas hawaiianas, onde havia mais de 13 mil portugueses e apenas um consul de segunda classe; propõe-se que o consulado seja elevado a primeira classe (SGL, 7/3/1889); a acta da reunião de 3 de Junho desse mesmo ano trascreve uma carta do sócio A. Marques a propósito dessa importante colónia (SGL 3/6/1889).

tico guia bibliográfico sobre si mesmo e o seu impacto, permitindo saber quais das suas publicações eram distribuídas aos médicos dos serviços de saúde coloniais, quais se destinavam a públicos internacionais.

#### 4. Em conclusão: do conhecimento espectáculo à literatura cinzenta

Nem só de viagens espectaculares se fazia o conhecimento geográfico, e mesmo as viagens espectaculares estavam sujeitas a pressões e estilos programáticos distintos, entre fazer levantamentos exaustivos, como Capelo e Ivens, ou mostrar presença, como Serpa Pinto e também, mais tarde, os próprios Capelo e Ivens. Num outro plano, sem espectáculo, com perseverança, infinito detalhe, obsessiva sistematização, temos as recomendações de Manuel Ferreira Ribeiro, para quem o que mais interessava era promover colónias vivas, aldeias, cidades, fazendas de europeus que habitassem os lugares de África. Sem espectáculo para ninguém, sem charme e sem sedução, Ferreira Ribeiro foi promovendo a difusão desse conhecimento – ou da pauta necessária para o atingir – fazendo recurso de todos os meios que podia, incluindo mandando imprimir os folhetos, manuais e guias a que alongadamente se dedicava, enquanto membro da Sociedade de Geografia, médico, militar e funcionário do governo. Teorizou a aclimação, mas poucos, ou nenhuns, o seguiram no acto de teorizar; muitos, porém, terão lido, ou ouvido, e certamente incorporado, as inúmeras rubricas dos seus manuais de bons preceitos para a saúde dos colonos – manuais difundidos nos cursos de administração e distribuídos pelos postos em cujas prateleiras se amontoava a literatura cinzenta de uma colonização idealizada.

#### Referências

- ABRANTES, C Susana (2012) “Problemas” e “soluções” para a gestão de Angola: Um estudo a partir do ensino superior de administração colonial em Lisboa, 1950 – 1960. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, UFRJ (Tese de Doutoramento)
- ALEXANDRE, Valentim (2000) *Velho Brasil, Novas Áfricas*. Porto: Afrontamento.

- ALEXANDRE, V. e Jill Dias (1998) *O Império Africano, 1825-1890*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ALMAÇA, Carlos (1989) Documentos do Arquivo histórico do Museu Bocage relativos à exploração histórico-natural angolana do Dr. Frederico Welwitsch. *Arquivos do Museu Bocage*, Nova Série, I (22): 335-347
- BANCEL, Nicolas, et al (2004) *Les Zoos Humains: aux temps des exhibitions humaines*. Paris: La Decouverte.
- BASTOS, Cristiana (2003) Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia. In Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (orgs.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras. Pp. 227-253.
- BASTOS, Cristiana (2004) O Médico e o *Inhamessoro*: O relatório do goês Arthur Ignacio da Gama em Sofala, 1879. In Clara Carvalho e João de Pina Cabral, orgs., *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais. Pp. 91-117.
- BASTOS, Cristiana (2007) Medical Hybridisms and Social Boundaries: Aspects of Portuguese Colonialism in Africa and India in the Nineteenth Century. *Journal of Southern African Studies* 33(4): 767-782
- BASTOS, Cristiana (2008) Migrants, Settlers And Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies. *International Migration* 46(5): 27- 54
- BASTOS, Cristiana (2009) Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola. *Horizontes Antropológicos* XV (31): 51-74 (2009)
- BASTOS, Cristiana (2011) Corpos, climas, ares e lugares: autores e anónimos nas ciências da colonização. In C. Bastos e R. Barreto, orgs., *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Pp 25-58
- CALADO, Virginia Henriques (1994) *A construção social de um espaço de montanha: a visão da Serra da estrela de 1881 à década de 30*. Lisboa: ISCTE (tese de mestrado)
- CANTINHO PEREIRA, Manuela (2005). *Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa: Edições Gulbenkian – FCT.

- CANTINHO, Manuela (2008) Manuel Ferreira Ribeiro e a Secção de Ciências Étnicas da Sociedade de Geografia de Lisboa: da Aclimação às Ciências Colectivas. Instituto de Investigação Científica Tropical, Blogue História Lusófona, <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13214>
- CAPELO, Hermenegildo Brito, e Roberto Ivens (1881) *De Benguela às Terras de Iacca*. Lisboa: Imprensa Nacional
- CAPELO, Hermenegildo Brito, e Roberto Ivens (1886) *De Angola à Contracosta*. Lisboa: Imprensa Nacional
- CAYOLA, Lourenço (1912) *Sciencia da Colonisação*. Lisboa: Typ Cooperativa Militar
- DELICADO, Ana (2009) *A Musealização da Ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- DUNN, Kevin (2003) *Imagining the Congo*. New York, Palgrave.
- GUIMARÃES, Angela (1982) *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARK HARRISON (1999) *CLIMATES & CONSTITUTIONS: HEALTH, race, environment and British imperialism in India, 1600-1850*. Oxford: Oxford University Press
- HOCHSCHILD, Adam (1999) *King Leopold's Ghost*. New York: Mariner.
- JEAL, Tim (2008) *Stanley: the impossible life of Africa's greatest explorer*. New Haven: Yale University Press.
- JEAL, Tim (2012) *Explorers of the Nile: The Triumph and Tragedy of a Great Victorian Adventure*. London: Faber.
- JENNINGS, Eric T (2006) *Curing the Colonizers: Hydrotherapy, Climatology, and French Colonial Spas*. Durham: Duke University Press.
- KENNEDY, Dane Keith (1987) *Islands of white : settler society and culture in Kenya and Southern Rhodesia, 1890-1939*. Durham: Duke University Press,
- MENDES, H. Gabriel (1982) *As Origens da Comissão de Cartografia e a Acção Determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco Antonio de Brito Limpo – A História Política das Explorações Africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

- NEWMAN, James (2004) *Imperial Footprints: Henry Morton Stanley's African Journeys*. Dulles, VA, Potomac books
- NEWMAN, James (2010) *Paths Without Glory: sir Richard Francis Burton in Africa*. Dulles: Potomac books.
- OSBORNE, Michael (1994) *Nature, the exotic, and the science of French colonialism*, Bloomington : Indiana University Press
- PAKENAM, Thomas (1991) *The Scramble for Africa* . New York: Avon.
- PINA, Luis de (1959) Um pioneiro português da Medicina Antropológica Tropical (Manuel Ferreira Ribeiro, 1839.1917). Separata de *O Médico* n. 388.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1877) *Hygiene colonial compreendendo preceitos e regras gerais para se cortarem ou modificarem as doenças endêmicas dos valles próximos aos rios quanza e lucalla, na província de Angola*. Lisboa: Typ. das Horas Românticas.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1879) *As Conferencias e o Itinerario do viajante de Serpa Pinto atravez das terras da Africa Austral nos limites das Provincias de Angola e Moçambique, Bié a Shoshong, Junho a Dezembro de 1878 – Estudo crítico e documentado, contendo duas cartas geographicas*. Lisboa: Tipografia Nova Minerva
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1889) *Condições Geraes da Aclimação Intertropical, Archivos Medico-Coloniais*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, Numero-Programma, pp.10-15.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890a) *Ensaio Anthropometrico, Archivos Medico-Coloniais*, Lisboa, Tomo I, n.º 5, pp. 9-31.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890b) *Regras e Preceitos de Hygiene Colonial, ou conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colónias do ultramar* . Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1890c). *Principios elementares de Hygiene Colonial, ou Maximas, sentenças, dictados e indicações praticas sobre o que mais convem fazer para se conservar a saude e para melhor se resistir em qualquer das colonias portuguesas*. Lisboa: Ministério da Marinha e Ultramar.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1892) *Diferentes publicações de Aclimação, Hygiene Colonial, Medicina Preventiva e outros Trabalhos Medico-Coloniaes*. Lisboa: Adolpho, Modesto & C.ia, impressores.

- RIBEIRO, Manuel Ferreira (1905) *Lições Práticas de Hygiene Colonial: Hygiene militar, luta contra a malaria e outras endemias; a vida de Entre-os-tropicós, seus caracteres fundamentaes*. Obra em 3 volumes. Lisboa: Typographia do Commercio.
- RITA-MARTINS, A. (1929) *Elementos de Higiene Tropical*, I e II, Lisboa, Tipografia América.
- RITA-MARTINS, A. (1954) Dr Manuel Ferreira Ribeiro, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1954, pp 1-3
- ROQUE, Ana Cristina (2001) 'Breves Noções sobre a Medicina Cafreal do Districto de Sofala' ou sobre o conhecimento que os portugueses tinham das virtudes e usos das plantas e ervas medicinais na costa sul oriental de África na segunda metade do séc. XIX, *Anais de História de Além-Mar* II: 211-272.
- SERPA PINTO, Alexandre A. (1881) *Como Eu Atravessei África Do Atlantico Ao Mar Indico, Viagem De Benguella Á Contra-Costa. A-Través Regiões Desconhecidas; Determinações Geographicas E Estudos Ethnographicos Dois Volumes, Contendo 15 Mappas e Facsimiles, e 133 Gravuras Feitas Dos Desenhos Do Autor. VOLUME PRIMEIRO. Primeira Parte--A CARABINA D'EL-REI. Volume Segundo. Segunda Parte--A Familia Coillard*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington, Editores
- SGL: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, Livros de Actas.